

Polícia Federal
Cargo: escrivão (nível superior)
Questões do último concurso – Cespe/UnB (2009)



DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

Ivan Luís Marques, do Instituto IOB

Julgue o seguinte item, relativo a crimes contra a pessoa e contra o patrimônio.

01- Diferenciam-se os crimes de extorsão e estelionato, entre outros aspectos, porque, no estelionato, a vítima quer entregar o objeto, pois foi induzida ou mantida em erro pelo agente mediante o emprego de fraude; enquanto, na extorsão, a vítima despoja-se de seu patrimônio contra a sua vontade, fazendo-o por ter sofrido violência ou grave ameaça.

Comentário: Certo. A diferença entre ambos reside, justamente, a forma utilizada pelo criminoso para obter o patrimônio da vítima. No estelionato (art. 171, CP), a vítima da fraude, do ardil, entrega voluntariamente seus bens ao criminoso, pensando estar levando alguma vantagem; na extorsão (art. 158, CP), a vítima também entrega, mas somente por ter sido coagida mediante violência ou grave ameaça.

Quanto a tipicidade, ilicitude, culpabilidade e punibilidade, julgue os itens a seguir.

02- São elementos do fato típico: conduta, resultado, nexos de causalidade, tipicidade e culpabilidade, de forma que, ausente qualquer dos elementos, a conduta será atípica para o direito penal, mas poderá ser valorada pelos outros ramos do direito, podendo configurar, por exemplo, ilícito administrativo.

Comentário: Errado. A culpabilidade não é elemento do fato típico. Junto com o fato típico e ilícito, ela integra o conceito analítico de delito.

03- Os crimes comissivos por omissão — também chamados de crimes omissivos impróprios — são aqueles para os quais o tipo penal descreve uma ação, mas o resultado é obtido por inação.

Comentário: Certo. Trata-se da relevância causal da omissão e suas hipóteses, prevista no art. 13, § 2.º, CP. A pessoa tem o dever jurídico de agir e se omite.

04- Para que se configure a legítima defesa, faz-se necessário que a agressão sofrida pelo agente seja antijurídica, contrária ao ordenamento jurídico, configurando, assim, um crime.

Comentário: Errado. A agressão deve ser injusta, mas não necessariamente ser antijurídica ou ilícita.

Julgue o item abaixo, acerca do concurso de pessoa e sujeito ativo e passivo da infração penal.

05- Com relação à responsabilidade penal da pessoa jurídica, tem-se adotado a teoria da dupla imputação, segundo a qual se responsabiliza não somente a pessoa jurídica, mas também a pessoa física que agiu em nome do ente coletivo, ou seja, há a possibilidade de se responsabilizar simultaneamente a pessoa física e a jurídica.

Comentário: Certo. Art. 3.º, da Lei 9.605/98, que impõe como forma de responsabilização penal da pessoa jurídica essa dupla imputação (pessoa física E pessoa jurídica como réus no mesmo processo pela prática do mesmo fato delituoso).

A respeito dos crimes contra o patrimônio e contra a administração pública, julgue os seguintes itens.

06- Considere a seguinte situação hipotética.

Tancredo recebeu, para si, R\$ 2.000,00 entregues por Fernando, em razão da sua função pública de agente da Polícia Federal, para praticar ato legal, que lhe competia, como forma de agrado.

Nessa situação, Tancredo não responderá pelo crime de corrupção passiva, o qual, para se consumir, tem como elementar do tipo a ilegalidade do ato praticado pelo funcionário público.

Comentário: *Errado. A ilegalidade do ato praticado pelo funcionário público não é elementar típica do crime de corrupção passiva, o que pode ser constatado com a leitura da redação do artigo 317: Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.*

07- Caso um policial federal preste ajuda a um contrabandista para que este ingresse no país e concretize um contrabando, consumir-se-á o crime de facilitação de contrabando, ainda que o contrabandista não consiga ingressar no país com a mercadoria.

Comentário: *Certo. A facilitação de contrabando é crime formal, que não depende do efetivo ingresso do contrabandista no país.*

Julgue os itens subsequentes quanto a prisão em flagrante, prova e inquérito policial.

08- Não há crime quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.

Comentário: *Certo. Trata-se da figura do crime impossível, previsto no art. 17 do CP.*

09- Não se admite a acareação entre o acusado e a pessoa ofendida, considerando-se que o acusado tem o direito constitucional ao silêncio, e o ofendido não será compromissado.

Comentário: *Errado. O art. 229 do CPP permite a acareação entre acusado e ofendido.*

10- O término do inquérito policial é caracterizado pela elaboração de um relatório e por sua juntada pela autoridade policial responsável, que não pode, nesse relatório, indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas.

Comentário: *Errado. Art. 10, § 2º do CPP permite à autoridade policial indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas.*

DIREITO ADMINISTRATIVO

Carlos Barbosa, do Instituto IOB

Julgue os itens subsequentes, relativos à administração pública.

11- O poder de a administração pública impor sanções a particulares não sujeitos à sua disciplina interna tem como fundamento o poder disciplinar.

Comentário: *Errado. Poder disciplinar é aquele que concede à administração atributos para apurar infrações e aplicar sanções aos servidores ou terceiros que tenham vínculo jurídico-administrativo com ela. Assim, a aplicação de sanções a particulares não sujeitos a sua disciplina interna não é baseada neste poder, mas sim no poder de polícia.*

12- O princípio da presunção de legitimidade ou de veracidade retrata a presunção absoluta de que os atos praticados pela administração pública são verdadeiros e estão em consonância com as normas legais pertinentes.

Comentário: *Errado. Os atos administrativos são presumidos verdadeiros e legais até que se prove o contrário. Assim, a administração não tem o ônus de provar que seus atos são legais e a situação que gerou a necessidade de sua prática realmente existiu, cabendo ao destinatário do ato o encargo de provar que o agente administrativo agiu de forma ilegítima. A natureza da presunção é relativa, uma vez que pode ser desconstituída pela prova que deve ser produzida pelo interessado prejudicado.*

No que se refere à organização administrativa da União e ao regime jurídico dos servidores públicos civis federais, julgue os itens seguintes.

13- A empresa pública e a sociedade de economia mista podem ser estruturadas mediante a adoção de qualquer uma das formas societárias admitidas em direito.

Comentário: *Errado. A sociedade de economia mista, de acordo com a Lei 6.404/76, somente pode se revestir na forma de sociedade anônima (S/A), ao passo que a empresa pública pode assumir qualquer forma societária, inclusive sociedade anônima. As primeiras são inscritas no registro público de empresas mercantis; as segundas, no registro público de empresas mercantis ou no registro civil das pessoas jurídicas, dependendo da forma adotada.*

14- O vencimento, a remuneração e o provento não podem ser objeto de penhora, exceto no caso de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

Comentário: *Certo. A questão apresentada está de acordo com o art.48 da Lei 8112/90: O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial. Assim, somente haverá constrição judicial em relação ao vencimento, remuneração e provento do servidor se estiverem preenchidos 2 requisitos:*

- *Inadimplemento de obrigação alimentícia;*
- *Decisão judicial determinando a constrição.*

Quanto ao regime jurídico concernente aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal, bem como às sanções aplicáveis aos agentes públicos, julgue o item a seguir.

15- Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente constitui ato de improbidade administrativa e, por consequência, impõe a aplicação da lei de improbidade e a sujeição do responsável unicamente às sanções nela previstas.

Comentário: *Errado. As normas da Lei 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) se aplicam a todos os agentes públicos, sejam eles servidores ou não. No seu art.10, VIII, a conduta descrita na questão fica claramente subsumida nos seguintes termos:*

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.

No entanto, a aplicação das sanções a este tipo de conduta não fica restrita apenas às penalidades descritas na Lei 8429/90, como prescreve o seu art.12:

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato.

Portanto, o agente que praticar a conduta narrada no problema será penalizado administrativamente, civilmente e criminalmente, além de sofrer sanções previstas na Lei 8429/90.

PORTUGUÊS

Clodonea Ferreira, do Instituto IOB

1 Nossos projetos de vida dependem muito do futuro do país no qual vivemos. E o futuro de um país não é obra do acaso ou da fatalidade. Uma nação se constrói.

4 E constrói-se no meio de embates muito intensos — e, às vezes, até violentos — entre grupos com visões de futuro, concepções de desenvolvimento e interesses distintos e 7 conflitantes.

Para muitos, os carros de luxo que trafegam pelos bairros elegantes das capitais ou os telefones celulares não 10 constituem indicadores de modernidade.

Modernidade seria assegurar a todos os habitantes do país um padrão de vida compatível com o pleno exercício 13 dos direitos democráticos. Por isso, dão mais valor a um modelo de desenvolvimento que assegure a toda a população alimentação, moradia, escola, hospital, transporte coletivo, 16 bibliotecas, parques públicos. Modernidade, para os que pensam assim, é sistema judiciário eficiente, com aplicação rápida e democrática da justiça; são instituições públicas 19 sólidas e eficazes; é o controle nacional das decisões econômicas.

Plínio Arruda Sampaio. **O Brasil em construção**. In: Márcia Kupstas (Org.). **Identidade nacional em debate**. São Paulo: Moderna, 1997, p. 27-9 (com adaptações).

Considerando a argumentação do texto acima bem como as estruturas linguísticas nele utilizadas, julgue os itens a seguir.

16- Na linha 2, mantendo-se a correção gramatical do texto, pode-se empregar **em que** ou **onde** em lugar de “no qual”.

Comentário: Certo. Sempre que pudermos empregar o pronome relativo NO QUAL referindo-se a lugar, poderemos substituí-lo por EM QUE ou ainda ONDE.

17- Infere-se da leitura do texto que o futuro de um país seria “obra do acaso” (L.3) se a modernidade não assegurasse um padrão de vida democrático a todos os seus cidadãos.

Comentário: Errado. O texto é claro ao afirmar que “o futuro de um país é obra do acaso ou da fatalidade”. Assegura, também, que a ideia de modernidade difere entre os grupos com visões conflitantes de futuro.

18- Para evitar o emprego redundante de estruturas sintático-semânticas, como o que se identifica no trecho “Uma nação se constrói. E constrói-se no meio de embates muito intensos” (L.3-4), poder-se-ia unir as ideias em um só período sintático — **Uma nação se constrói no meio de embates** —, o que preservaria a correção gramatical do texto, mas reduziria a intensidade de sua argumentação.

Comentário: Certo. Neste trecho, a utilização da forma verbal constrói foi usada como um recurso de expressão, de ênfase e não como uma simples repetição. (“Uma nação se constrói. E constrói-se no ...”).

19- Se o terceiro parágrafo do texto constituísse o corpo de um documento oficial, como um relatório ou parecer, por exemplo, seria necessário preservar o paralelismo entre as ideias a respeito de “Modernidade” (L.11 e 16), por meio da conjugação do verbo **ser**, nas linhas 11 e 17, no mesmo tempo verbal.

Comentário: Errado. Os tempos verbais utilizados (seria = futuro do pretérito / é = presente do indicativo) apresentam ideias distintas, pois aquele expressa um fato por acontecer diferente de algo e este indica alguma coisa real.

20- O trecho “os que pensam assim” (L.16-17) retoma, por coesão, o referente de “muitos” (L.8), bem como o sujeito implícito da oração “dão mais valor a um modelo de desenvolvimento” (L.13-14).

Comentário: Certo. A leitura atenta do texto permite-nos perceber que “os que”, “muitos” e o sujeito da forma verbal “dão” referem-se àqueles que defendem uma outra visão para a modernidade.

21- O emprego do sinal de ponto-e-vírgula, no último período sintático do texto, apresenta a dupla função de deixar claras as relações sintático-semânticas marcadas por vírgulas dentro do período e deixar subentender “Modernidade” (L.16) como o sujeito de “é sistema” (L.17), “são instituições” (L.18) e “é o controle” (L.19).

Comentário: Certo. Dentro das orações do período usaram-se vírgulas e para separá-las, o ponto-e-vírgula. As orações do último período do texto possuem o mesmo sujeito “Modernidade”.

1 Na verdade, o que hoje definimos como democracia só foi possível em sociedades de tipo capitalista, mas não necessariamente de mercado. De modo geral, a 4 democratização das sociedades impõe limites ao mercado, assim como desigualdades sociais em geral não contribuem para a fixação de uma tradição democrática. Penso que temos 7 de refletir um pouco a respeito do que significa democracia. Para mim, não se trata de um regime com características fixas, mas de um processo que, apesar de constituir formas 10 institucionais, não se esgota nelas. É tempo de voltar ao filósofo Espinosa e imaginar a democracia como uma potencialidade do social, que, se de um lado exige a criação 13 de formas e de configurações legais e institucionais, por outro não permite parar. A democratização no século XX não se limitou à extensão de direitos políticos e civis. O tema 16 da igualdade atravessou, com maior ou menor força, as chamadas sociedades ocidentais.

Renato Lessa. **Democracia em debate.** In: *Revista Cult*, n.º 137, ano 12, jul./2009, p. 57 (com adaptações).

Com base nas estruturas linguísticas e nas relações argumentativas do texto acima, julgue os itens seguintes.

22- Seria mantida a coerência entre as ideias do texto caso o segundo período sintático fosse introduzido com a expressão **Desse modo**, em lugar de “De modo geral” (L.3).

Comentário: Errado. A expressão “Desse modo” retoma apenas a ideia anterior e não introduz o aspecto generalizante da expressão “De modo geral”.

23- Preservam-se a correção gramatical e a coerência textual ao se optar pela determinação do substantivo “respeito” (L.7), juntando-se o artigo definido à preposição “a”, escrevendo-se **ao respeito**.

Comentário: Errado. A expressão “a respeito de” transmite a ideia de assunto, sobre alguma coisa. Dentro do contexto só cabe esse significado.

24- Na linha 8, a flexão de singular em “não se trata” deve-se ao emprego do singular em “um regime”.

Comentário: Errado. A palavra SE, ao se unir a um verbo transitivo indireto, funciona com índice de indeterminação do sujeito, obrigando o verbo a permanecer na 3ª pessoa do singular independentemente do complemento.

25- Depreende-se da argumentação do texto que o autor considera as instituições como as únicas “características fixas” (L.8-9) aceitáveis de “democracia” (L.1 e 7).

Comentário: Errado. Observa-se, com clareza, no texto o fato de a democracia, “apesar de constituir formas institucionais, não se esgota nelas”.

26- Pela acepção usada no texto, o emprego da forma verbal pronominal “se limitou” (L.15) exige a presença da preposição *a* no complemento verbal; a substituição pela forma não-pronominal — **não limitou a extensão** —, sem uso da preposição, preservaria a correção gramatical, mas mudaria o efeito da ideia de “democratização” (L.14).

Comentário: Certo. A expressão pronominal “não se limitou à extensão” indica que a democratização não se restringiu apenas à extensão. Diferentemente, a expressão “não limitou a extensão” indicaria que a democratização não estabeleceu limites para a extensão.

27- Em textos de normatização mais rígida do que o texto jornalístico, como os textos de documentos oficiais, a contração de preposição com artigo, com em “da igualdade” (L.16), deve ser desfeita, devendo-se escrever **de a igualdade**, para que o sujeito da oração seja claramente identificado.

Comentário: Errado. A contração da preposição com o artigo não pode ocorrer no início de um sujeito. Dentro dele é correto.

1 A história é o lugar onde acontece o processo da superação do particular e da afirmação do geral. Trata-se da famosa astúcia da razão que se realiza na história. A 4 história é, portanto, a cena da dominação; dizendo de outro modo, a dominação se realiza na história. Poderíamos dizer que a dominação tem características europeias, o que pode 7 inclusive ser confirmado historicamente. A globalização surgiu na Europa com o movimento protestante e hoje domina o mundo.

10 O mundo é dominado pela racionalidade subjetiva, no contexto histórico dominado pela racionalidade europeia. A dominação e a colonização do mundo são, portanto, as 13 últimas palavras da modernidade, e por isso temos de nos perguntar qual é o preço a pagar para sermos modernos e entrarmos no mundo global.

Miroslav Milovic. **Comunidade da diferença**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 20 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, tomando por base a organização do texto acima.

28- Pela argumentação do texto, infere-se que, se não existisse globalização, também não existiria o domínio da racionalidade e, por consequência, não haveria colonização.

Comentário: Errado. A globalização surgiu após o domínio da racionalidade e da colonização.

29- Na linha 2, a repetição da preposição **de** antes de “superação”, “particular” e “afirmação” indica que esses três termos estão empregados como complemento do nome “processo”, caracterizando-o como acontecimento na história.

Comentário: Errado. A expressão “do particular” completa superação; a expressão “do qual” completa a afirmação. O nome processo é completado por da superação e da afirmação.

30- Na organização da argumentação, a opção pelo uso do futuro do pretérito na flexão do verbo auxiliar, em “Poderíamos dizer” (L.5), indica que o autor, em um tempo anterior à escrita do texto, considerava duvidosa a hipótese de a dominação ter “características europeias” (L.6).

Comentário: Errado. O uso do futuro do pretérito no verbo auxiliar da locução “poderíamos dizer” indica a hipótese (não duvidosa) de a dominação ter características europeias.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Joselias Silva, do Instituto IOB

De acordo com o jornal espanhol **El País**, em 2009 o contrabando de armas disparou nos países da América Latina, tendo crescido 16% nos últimos 12 anos. O crime é apontado como

o principal problema desses países, provocando uma grande quantidade de mortes. O índice de homicídios por 100.000 habitantes na América Latina é alarmante, sendo, por exemplo, 28 no Brasil, 45 em El Salvador, 65 na Colômbia, 50 na Guatemala.

Internet: <www.noticias.uol.com.br>.

Tendo como referência as informações apresentados no texto acima, julgue o item que se segue.

31- Se, em cada grupo de 100.000 habitantes da Europa, a probabilidade de que um cidadão desse grupo seja assassinado é 30 vezes menor que essa mesma probabilidade para habitantes de El Salvador ou da Guatemala, então, em cada 100.000 habitantes da Europa, a probabilidade referida é inferior a 10^{-5} .

Comentário: *Errado.* A probabilidade para habitantes de El Salvador ou da Guatemala será $(45+50)/100000 = 95/100000 > 1/100000 = 10^{-5}$

A Polícia Federal brasileira identificou pelo menos 17 cidades de fronteira como locais de entrada ilegal de armas; 6 dessas cidades estão na fronteira do Mato Grosso do Sul (MS) com o Paraguai.

Internet: <www.estadao.com.br> (com adaptações).

Considerando as informações do texto acima, julgue o próximo item.

32- Se uma organização criminosa escolher 6 das 17 cidades citadas no texto, com exceção daquelas da fronteira do MS com o Paraguai, para a entrada ilegal de armas no Brasil, então essa organização terá mais de 500 maneiras diferentes de fazer essa escolha.

Comentário: *Errado.* O número de escolhas possíveis será igual a combinação de 11, 6 a 6 = 462.

Considerando que, em um torneio de basquete, as 11 equipes inscritas serão divididas nos grupos A e B, e que, para formar o grupo A, serão sorteadas 5 equipes, julgue os itens que se seguem.

33- A quantidade de maneiras distintas de se escolher as 5 equipes que formarão o grupo A será inferior a 400.

Comentário: *Errado.* A quantidade de maneiras distintas de se escolher as 5 equipes será igual a combinação de 11, 5 a 5 = 462.

Texto para os itens de 34 a 38.

Uma proposição é uma declaração que pode ser julgada como verdadeira — V —, ou falsa — F —, mas não como V e F simultaneamente. As proposições são, frequentemente, simbolizadas por letras maiúsculas: A, B, C, D etc.

As proposições compostas são expressões construídas a partir de outras proposições, usando-se símbolos lógicos, como nos casos a seguir.

- $A \rightarrow B$, lida como “se A, então B”, tem valor lógico F quando A for V e B for F; nos demais casos, será V;
- $A \vee B$, lida como “A ou B”, tem valor lógico F quando A e B forem F; nos demais casos, será V;
- $A \wedge B$, lida como “A e B”, tem valor lógico V quando A e B forem V; nos demais casos, será F;
- $\neg A$ é a negação de A: tem valor lógico F quando A for V, e V, quando A for F.

Uma sequência de proposições A_1, A_2, \dots, A_k é uma dedução correta se a última proposição, A_k , denominada conclusão, é uma consequência das anteriores, consideradas V e denominadas premissas.

Dois proposições são equivalentes quando têm os mesmos valores lógicos para todos os possíveis valores lógicos das proposições que as compõem.

A regra da contradição estabelece que, se, ao supor verdadeira uma proposição P, for obtido que a proposição $P \wedge (\neg P)$ é verdadeira, então P não pode ser verdadeira; P tem de ser falsa.

A partir dessas informações, julgue os itens que se seguem.

34- As proposições $[A \vee (\neg B)] \rightarrow (\neg A)$ e $[(\neg A) \wedge B] \vee (\neg A)$ são equivalentes.

Comentário: Certo. Considere $P = [A \vee (\neg B)]$ e $Q = (\neg A)$. Temos que $P \rightarrow Q$ é equivalente a $\neg P \vee Q$.

Portanto, as proposições $[A \vee (\neg B)] \rightarrow (\neg A)$ e $[(\neg A) \wedge B] \vee (\neg A)$ são equivalentes.

35- Considere as proposições A, B e C a seguir.

A: Se Jane é policial federal ou procuradora de justiça, então Jane foi aprovada em concurso público.

B: Jane foi aprovada em concurso público.

C: Jane é policial federal ou procuradora de justiça.

Nesse caso, se A e B forem V, então C também será V.

Comentário: Errado. Observe que temos a “falácia da afirmação do conseqüente”, portanto, o argumento é não válido.

36- As proposições “Se o delegado não prender o chefe da quadrilha, então a operação agarra não será bem-sucedida” e “Se o delegado prender o chefe da quadrilha, então a operação agarra será bem-sucedida” são equivalentes.

Comentário: Errado. A segunda proposição é a “contrária” da proposição condicional”. Logo, não são equivalentes.

Ainda com relação ao texto, julgue os itens de 37 e 38.

37- Considere que um delegado, quando foi interrogar Carlos e José, já sabia que, na quadrilha à qual estes pertenciam, os comparsas ou falavam sempre a verdade ou sempre mentiam. Considere, ainda, que, no interrogatório, Carlos disse: José só fala a verdade, e José disse: Carlos e eu somos de tipos opostos. Nesse caso, com base nessas declarações e na regra da contradição, seria correto o delegado concluir que Carlos e José mentiram.

Comentário: Certo. Evidente que os dois só podem estar mentindo, pois do contrário teríamos o paradoxo do mentiroso.

38- Se A for a proposição “Todos os policiais são honestos”, então a proposição $\neg A$ estará enunciada corretamente por “Nenhum policial é honesto”.

Comentário: Errado. A negação correta seria “Alguns policiais não são honestos”.

Ética

Juliana Godoy, do Instituto IOB

Julgue os itens a seguir, acerca do comportamento organizacional.

39- Segundo a teoria dos dois fatores de Herzberg, uma vez disponibilizados, os fatores ligados ao ambiente do trabalho garantem, de forma duradoura, a satisfação e a conseqüente motivação para um bom desempenho do funcionário em seu trabalho.

Comentário: Errado. Os fatores ligados ao ambiente do trabalho tendem a minimizar a insatisfação, mas não garantem de forma duradoura a satisfação. Herzberg diz ainda que os principais fatores de satisfação estão ligados ao trabalho em si, não ao ambiente.

40- Ao considerar a teoria da equidade como forma de maximizar o desempenho dos colaboradores que lhe estão subordinados, o gestor público deve levar em conta que qualquer

injustiça sentida em relação às recompensas pode motivar essas pessoas a agirem de forma a restaurar o senso de equidade percebida.

Comentário: Certo. *A teoria da equidade avalia as contribuições (o que a pessoa dá) em relação às recompensas (o que a pessoa recebe) do seu trabalho à organização.*

A respeito da administração financeira e orçamentária, julgue os itens que se seguem.

41- É função do Ministério da Justiça fazer que o governo federal contemple em seu orçamento, que terá vigência de quatro anos, os recursos necessários ao pleno funcionamento do Departamento de Polícia Federal.

Comentário: Errado. *A lei do orçamento deverá obedecer ao princípio da anualidade e “coincidirá com o ano civil” - 1º de janeiro a 31 de dezembro de acordo com o art. 2º da Lei 4.320/64, não podendo existir essa vigência de quatro anos da questão. O princípio da anualidade diz que o orçamento deve ter vigência limitada no tempo. O brasileiro corresponde ao período de um ano.*

42- Com o advento do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), houve grande centralização da gestão de recursos, o que permitiu a padronização dos métodos e rotinas de trabalho e restringiu a gestão e o controle do ordenador de despesas, com a perda da individualização dos recursos para cada unidade gestora.

Comentário: Errado. *O SIAF não restringiu a gestão e o controle dos recursos, já que seu objetivo é “padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos, sem implicar rigidez ou restrição a essa atividade, uma vez que ele permanece sob total controle do ordenador de despesa de cada unidade gestora”.*

43- Ao elaborar o planejamento orçamentário do seu órgão, o agente público deve considerar que as obrigações de seu ente público com terceiros compõem a dívida ativa da União.

Comentário: Errado. *A dívida ativa refere-se aos direitos do ente público e não em obrigações, já que a dívida ativa abrange todos os créditos da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas. Por não terem sido pagos nas datas em que venceram, representam uma fonte potencial de fluxo de caixa.*

GABARITO

01 - C

02 - E

03 - C

04 - E

05 - C

06 - E

07 - C

08 - C

09 - E

10 - E

11 - E

12 - E

13 - E

14 - C

15 - E

16 - C

17 - E

18 - C

19 - E

20 - C
21 - C
22 - E
23 - E
24 - E
25 - E
26 - C
27 - E
28 - E
29 - E
30 - E
31 - E
32 - E
33 - E
34 - C
35 - E
36 - E
37 - C
38 - E
39 - E
40 - C
41 - E
42 - E
43 - E